



# CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

*"Palácio Vereador Rodolpho Rossetti"*

Rua dos Expedicionários, 467 - Centro - Artur Nogueira - SP  
Cx. P. 03 - Cep 13160-000 - Fone (19) 3877-1097 - Fax (19) 3877-2358  
CNPJ 67.162.628/0001-64

Home Page: [www.camaraarturnogueira.sp.gov.br](http://www.camaraarturnogueira.sp.gov.br)  
E-mail: [secretaria@camaraarturnogueira.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaraarturnogueira.sp.gov.br)

## MOÇÃO Nº. 042/2023

### **"MANIFESTA REPÚDIO À DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM RECONHECER A VALIDADE DA COBRANÇA DA CHAMADA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL"**

O Vereador **ADALBERTO DI LÁBIO**, Presidente da Câmara Municipal, com amparo no Artigo 210, § 1º., Inciso VI, do Regimento Interno, apresenta para apreciação e deliberação dos Nobres Pares **"MOÇÃO DE REPÚDIO" ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**, em face da aprovação pela cobrança da chamada contribuição assistencial, o qual determina o pagamento de uma porcentagem do salário anual dos trabalhadores aos sindicatos de categoriais profissionais para custeio de atividades como as negociações coletivas — em que se acertam condições de trabalho entre empregadores e empregados. Pela decisão, a contribuição assistencial poderá ser cobrada inclusive dos empregados que não são filiados aos sindicatos.

Também cumpre destacar que a contribuição assistencial não tem um parâmetro de valor estabelecido, podendo variar entre as categorias e sindicatos, com aprovação determinada pelas assembleias. Essa situação causa insegurança e instabilidade ao trabalhador. Houve, inclusive, um caso recente na cidade de Sorocaba(SP), no qual o Sindicato dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio exigiu uma contribuição assistencial de 12% sobre os salários de autônomos. Já dos que se recusaram a contribuir, a entidade exige pagamento de R\$ 150 reais.

Essa decisão do Supremo Tribunal Federal é uma afronta as atribuições do Poder Legislativo que, por meio da Lei 13.467/2017 (Lei da Reforma Trabalhista), alterou a CLT, estabelecendo que a contribuição sindical seja facultativa, devendo o empregado requerer o desconto previamente ao empregador, autorizando de forma prévia, voluntária, individual e expressa, conforme dispõe o art. 579 da CLT.

*Adalberto*



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA**

*"Palácio Vereador Rodolpho Rossetti"*

Rua dos Expedicionários, 467 - Centro - Artur Nogueira - SP  
Cx. P. 03 - Cep 13160-000 - Fone (19) 3877-1097 - Fax (19) 3877-2358  
CNPJ 67.162.628/0001-64

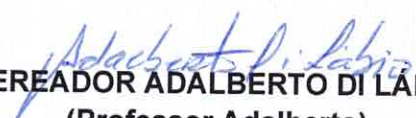
Home Page: [www.camaraarturnogueira.sp.gov.br](http://www.camaraarturnogueira.sp.gov.br)  
E-mail: [secretaria@camaraarturnogueira.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaraarturnogueira.sp.gov.br)

Não cabe, portanto, ao Poder Judiciário usurpar da atribuição do Poder Legislativo, em atuação explicitamente contrária à Constituição Federal. Não é admissível que um magistrado venha a atuar além dos limites, claramente definidos pela Carta Magna.

Esta seria uma grave violação à tripartição de Poderes, princípio também estabelecido pela Constituição Federal.

Diante de todo o exposto, solicito que, após a aprovação desta propositura, seja esta "**MOÇÃO DE REPÚDIO**", encaminhada ao Gabinete da Presidência do Supremo Tribunal Federal, ao Exmo. Senador Rodrigo Pacheco, Presidente do Congresso Nacional e ao Deputado Federal Arthur Lira, Presidente da Câmara dos Deputados.

Câmara Municipal de Artur Nogueira, em 26 de setembro de 2023.

  
**VEREADOR ADALBERTO DI LÁBIO**  
(Professor Adalberto)  
Presidente da Câmara Municipal